



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

PARECER JURÍDICO Nº 160/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 26.711/2025

REQUERENTE: SÉRGIO LUIZ DIAS

REFERÊNCIA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 001575/2024

Trata-se de recurso apresentado pelo Sr. SÉRGIO LUIZ DIAS, em 27 de novembro de 2025, após a notificação da decisão administrativa proferida em 17 de novembro de 2025. A insurgência decorre do indeferimento da defesa administrativa apresentada pelo recorrente em face do Auto de Infração nº 001575/2024, mantendo-se a multa aplicada.

Este é o relatório, passo à análise.

O presente recurso encontra previsão legal no art. 43 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.372/2017, a saber:

*Art. 43. Da decisão a que se refere o art. 41 **cabe recurso, no prazo de trinta dias, contados da notificação** a que se refere o art. 42, independentemente de depósito ou caução, dirigido ao CODEMA.*

*Parágrafo Único - Da decisão contra penalidade imposta nos termos do art. 64 **cabe recurso dirigido ao CODEMA.***

Art. 44. No recurso, é facultada ao requerente, no prazo a que se refere o art. 43, a juntada de novos documentos que julgar convenientes.

Art. 45. Na sessão de julgamento do recurso o requerente poderá apresentar alegações orais, sendo vedada a juntada ou apresentação de novos documentos.

Art. 46. A decisão proferida nos termos do art. 45 é irrecorrível.

Art. 47. A defesa ou a interposição de recurso contra a penalidade imposta por infração às normas ambientais não terão efeito suspensivo, salvo mediante assinatura e cumprimento no prazo fixado pelos órgãos, do termo de compromisso firmado pelo infrator com a SEMMA e entidades vinculadas.

§1º O Termo de Compromisso a que se refere o caput deverá ser requerido no prazo de apresentação da defesa ou do recurso.

§2º No caso de autuação por ausência de Licença Ambiental ou de AAF não se aplica o disposto no caput.

Em observância ao *mandamus* legal, cabe a esta secretaria tão somente a análise de admissibilidade do recurso no que diz respeito à tempestividade, observado o prazo de 30 (trinta) dias disposto no *caput* do referido art. 43.



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

Nesse sentido, considerando que o recorrente foi intimado da decisão em 17/11/2025 (AR nº OY 413 756 695 BR) e que recurso foi protocolado presencialmente na SEMMA, em 27/11/2025, verifica-se que o presente recurso é tempestivo. Assim, deve ser incluído na pauta da próxima reunião ordinária do CODEMA para julgamento em plenário, por se tratar de ato administrativo vinculado.

Salienta-se que a Lei Municipal nº 3.596/2.002, relativa ao funcionamento e estruturação do CODEMA, em seu art. 37, § 2º, determina que a Prefeitura Municipal de Patrocínio propiciará os meios necessários ao funcionamento do CODEMA, motivo pelo qual encontra-se anexo a este parecer relatório acerca da questão debatida para apreciação do conselho.

Patrocínio, MG, 01 de dezembro de 2025.

Adriano Gonçalves Ribeiro
Supervisor de setor
Mat. 81.428



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

ANEXO 01 – RELATÓRIO DO PROCESSO

ORIGEM:	Auto de infração nº 001575/2024
MOTIVO:	Queimada de lote urbano
FUNDAMENTO JURÍDICO:	Art. 1º da Lei Municipal nº 4.905/2017: <i>“Fica proibida a realização de queimada em lotes urbanos localizados no Município de Patrocínio.”</i>
VALOR:	R\$ 1.305,90 (um mil, trezentos e cinco reais e noventa centavos).
DECISÃO ADMINISTRATIVA:	<p>“(…) Com base no Parecer Jurídico 134/2025 concluiu pelo indeferimento da defesa, uma vez que as alegações apresentadas não foram acompanhadas de provas capazes de afastar a constatação realizada pela fiscalização ambiental.</p> <p>Ficou demonstrado que a responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, nos termos do art. 70, §3º, da Lei Federal nº 9.605/1998, e do art. 2º do Decreto Municipal nº 3.479/2018, sendo o proprietário responsável solidário pelos danos ou infrações ocorridas em seu imóvel.</p> <p>Quanto ao pedido subsidiário de parcelamento da multa, este foi considerado procedente, desde que observados os requisitos legais do §6º do art. 19 da Lei Municipal nº 3.717/2004 e do art. 51 do Decreto Municipal nº 3.372/2017, mediante formalização de termo de confissão de dívida e parcelamento.</p> <p>DECISÃO</p> <p>Diante do exposto, com fundamento no Parecer Jurídico nº 134/2025 e na legislação aplicável, DECIDO:</p> <p>1 - INDEFERIR a Defesa Administrativa apresentada pelo Sr. SÉRGIO LUIZ DIAS, mantendo integralmente o Auto de Infração nº 001575/2024 e a penalidade pecuniária de 2,5 UFM, correspondente a R\$ 1.305,90 (um mil, trezentos e cinco reais e noventa centavos);</p> <p>2 - DEFERIR o pedido subsidiário de parcelamento da multa, desde que requerido formalmente pelo interessado, com assinatura de termo de confissão de dívida, observando-se os prazos e</p>



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

	<p>condições estabelecidos pela legislação municipal;</p> <p>3 - Determinar o regular prosseguimento do feito administrativo, conforme as disposições legais aplicáveis.</p>
RAZÃO RECURSAL:	<p>O Recorrente pleiteia, em síntese:</p> <ul style="list-style-type: none">- A improcedência ou nulidade do auto de infração, sob a alegação de que mantém seu lote limpo e de que não foi identificado o causador do incêndio;- A substituição da sanção de multa por advertência, nos termos do Arts. 49 e 76 do Decreto 3372/2017;- E caso não sejam acolhidos os pedidos acima, requer sucessivamente, a redução da multa no patamar de 10% (dez por cento).